

## A TRADUÇÃO DO CATECISMO CATÓLICO PARA O TUPI NO SÉCULO XVII

Eduardo de Almeida Navarro (FFLCH – USP)

O Concílio de Trento, iniciado em 1545 e concluído em 1563, teve de dar resposta a importantes questões de natureza linguística. Um dos principais aspectos dessa problemática foi a da tradução da Bíblia. Para enfrentar a ameaça protestante, o concílio mantivera a proibição de se verter o livro sagrado para línguas vernáculas e para línguas exóticas. O texto da Bíblia latina, obra de São Jerônimo, a chamada *Vulgata*, foi confirmado como texto oficial da Igreja. Traduzi-la para línguas vernáculas ou exóticas seria considerado heresia durante séculos. Com efeito, tal iniciativa fora tomada por Lutero que, com sua tradução da Bíblia para o Alemão, tornava-o uma língua literária e fundava simbolicamente a Alemanha.

A cristandade latina via-se ameaçada por uma nova mentalidade: era a Idade Média que findava, com a ascensão dos Estados modernos. As línguas vernáculas assumem o caráter de línguas de cultura, expressões de nacionalidades emergentes. O gramático português Fernão d'Oliveira, em sua *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, resumiria bem claramente o que ocorria, ao escrever que “*é melhor ensinarmos à Guiné que sermos ensinados de Roma*”.

Contudo, “*como facultar aos povos de além-mar, às gentes remotas da África, da Ásia e da América receber a doutrina cristã se alheia lhes era a cultura latina e o próprio latim, língua incompreensível e sem nenhum parentesco com as ditas línguas exóticas? Como levar, além disso, ao homem comum da Europa, insipiente do latim, a fé católica?*” (Navarro, 2001, p. 58). Assim, a questão da instrução religiosa dos católicos foi nevrálgica para a convocação do Concílio e ela estava inextricavelmente relacionada a questões linguísticas, notadamente às de tradução.

Além dessa questão, o Concílio de Trento enfrentou o problema do despreparo teológico do clero católico. Sensível aos

reclamos dos novos tempos, o concílio publicou o decreto *Cum Adolescentium Aetas*, em 1563, que obrigava a criação de seminários em todas as dioceses. Outra iniciativa importante foi a publicação, em 1566, pelo Papa Pio V do *Catechismus ex Decreto Concilii Tridentini ad Parochos*, mais conhecido como *Catechismus Romanus*. Tal obra não se destinava aos leigos, mas, sim, aos sacerdotes, levando-lhes a doutrina reafirmada pelo concílio que se findara havia três anos. Muitos desses sacerdotes nunca haviam tido um preparo formal em Teologia. É importante lembrar que muitos quadros da hierarquia da Igreja eram, antes de Trento, retirados da sociedade civil e nomeados segundo critérios políticos e não religiosos. Assim, o despreparo teológico dos sacerdotes era muito grande, mormente entre o clero secular.

O catecismo romano seria também usado para a formação religiosa nas escolas da Itália e passaria a receber traduções em línguas vernáculas para poder ser lido pelo povo de pouca cultura.

Não era a primeira vez que se imprimia um catecismo. Antes de Trento, outros haviam sido publicados com o desiderato de instruir os católicos que não podiam ler a Bíblia em Latim. Os próprios protestantes haviam publicado obras desse gênero. Segundo Costa et al. (2010), “*durante o século XVI muitos catecismos foram escritos. Lutero deu um uso novo para o catecismo protestante, para expor os pontos principais da sua doutrina, e que os católicos também passaram a utilizá-lo para a educação de crianças e adultos. O primeiro catecismo católico foi o utilizado em 1535 pelo padre Jorge Wicelius*”.

No mundo lusitano, o catecismo mais importante em língua portuguesa, publicado no século XVI, foi o do padre jesuíta Marcos Jorge, a *Doutrina Cristã*, que começou a ser usado no Brasil já em 1564, quando o padre Luís da Grã mandou vir exemplares de Portugal. Tal catecismo já estava sendo vertido para o Tupi desde a chegada dos primeiros inacianos ao Brasil.

Assim, naqueles séculos que assistiam a uma expansão dos horizontes geográficos, linguísticos e culturais do orbe terrestre, ... foi de suma importância a existência de um corpo doutrinário em línguas vernáculas que contivesse as verdades fundamentais da fé cristã, as

orações, as instruções sobre os sacramentos, os passos mais significativos do Evangelho. Com efeito, um catecismo poderia ser vertido para quaisquer línguas do mundo e constituiria a base da educação religiosa em todo o orbe católico pós-tridentino. A admissão aos sacramentos da eucaristia e da penitência deveria ser antecedida de uma iniciação na doutrina católica compendiada no texto do catecismo.

Dos catecismos em língua tupi, o primeiro a ser publicado, em 1618, foi o *Catecismo na Língua Brasileira*, do Pe. Antônio de Araújo, o mais longo texto existente naquele idioma. É sabido, contudo, que o Padre Anchieta já tinha, em 1595, o desiderato de publicar uma doutrina cristã.

No Catecismo de Araújo encontramos um texto não existente na obra catequética de Anchieta, que é o *Catálogo de todos os dias santos de guarda e de jejum*. No que se refere ao dia 21 de dezembro, dia de São Tomé, lemos ali o seguinte:

*Neste dia honramos a morte de São Tomé, Apóstolo, discípulo de Cristo. Disseram outrora desse santo “Veio para visitar esta minha terra. Diz-se que vemos constantemente suas pegadas. Daqui talvez passou para a Índia, terra de tapuias claros. Muitos foram ali os que ele batizou e creram em Deus. Ali também os homens o mataram por causa de Deus.*

No texto supracitado, o jesuíta alude ao maior mito luso-brasileiro dos tempos coloniais, o da vinda do apóstolo São Tomé para a América. O que fez, na verdade, foi interpretar o mito indígena de Sumé, herói civilizador a quem os Tupis deviam o conhecimento da agricultura e de sua organização social, como uma narrativa da vinda do apóstolo São Tomé para o Novo Mundo.

É, contudo, no *Confessionário pela Ordem dos Dez Mandamentos* que a cultura indígena se revela amplamente no corpo dos catecismos tupis. No Catecismo de Araújo (1618), no Livro VI, cap. II, onde se pergunta sobre o cumprimento pelo confitente do primeiro mandamento da lei de Deus, indaga-se-lhe o seguinte:

1. Louvas a Deus mais do que todas as coisas que devem ser

louvadas?

2. Conversaste com o pajé acerca de futuros trabalhos (de feitiçaria), lançando palavras contra a vida cristã? Quantas vezes?
3. Acreditas em oferendas ou em feitiços?
4. Acreditas na dança do urro da onça ou na dança do canto do pássaro ou na dança do maracá ou em presságios?
5. Acreditas que o pajé seja capaz de profecias?
6. Disseste ao pajé: - *Isso é verdade*, acreditando nele?
7. Agiste como pajé, exaltando-te, sugando as pessoas?

Neste passo, Araújo alude a uma prática cultural que consistia em o pajé, num ritual de cura, sugar com a boca a parte doente do corpo, como que a arrancar o princípio ativo da doença, expelindo, em seguida, aquilo que teria supostamente sugado.

8. Consentiste em que as pessoas acreditassem nos pajés?
9. Mandaste um pajé aliado a mau espírito fazer-te sucções?
10. Mandaste sugar a teus filhos ou a tua esposa ou a alguma pessoa?
11. Fizeste incisões em teu filho quando a lua começou a nascer?
12. Fizeste jejuns por causa do parto de tua esposa, por teu filho estar doente, por causa da primeira menstruação de tua filha?

Dada a magnitude do projeto missionário quinhentista e seiscentista, que buscava estender a fé católica por todas as terras conhecidas do mundo, era inevitável que a universalidade cristã se chocasse com as particularidades culturais de cada região, de cada povo. Isso pode ser percebido nos exemplos colhidos nos textos catequéticos que analisamos. Segundo Bosi (1992), “...a nova representação do sagrado assim produzida já não era nem a teologia cristã nem a crença tupi, mas uma terceira esfera simbólica, uma espécie de mitologia paralela que só a situação colonial tornara possível”.